

A ESCRAVIDÃO REABILITADA

Jacob Gorender

Agradeço o convite feito pelo Departamento de História da Universidade Federal de Ouro Preto para tomar parte nesta semana de conferências sobre temas da História Brasileira, entregues à responsabilidade de historiadores competentes, cuja companhia me honra. Agradeço as palavras do Prof. Carlos Fico, em particular a lembrança que aqui faz; já não é a primeira vez que eu tenho o prazer intelectual de falar neste auditório de Mariana.

O tema, que abordarei, é obviamente polêmico, como tudo que faz parte da ciência é polêmico. Não pode haver numa ciência nada que se imponha pela autoridade e que não seja suscetível de discussões dentro de cânones metodológicos. Quero aqui observar - antes de entrar propriamente na parte que me toca - que nesses últimos tempos, digamos, nesses últimos vinte anos, tem havido, em escala mundial, - tomando o nosso mundo ocidental, ao menos, como ponto de referência - o que eu chamaria de historiografia das reabilitações. Podemos lembrar que ainda há poucos anos, em 89, quando se comemorou o Bicentenário da Revolução Francesa, foi abundante a produção historiográfica que veio a público, negando a significação antes atribuída à Revolução Francesa, ou mesmo que tivesse havido uma Revolução Francesa. Há toda uma historiografia que se empenha em provar que revoluções são algo pertencente ao mundo do imaginário, são criações ideológicas. A literatura negadora da Revolução Francesa, trouxe a reabilitação da monarquia francesa, a monarquia dos Bourbons. Por conseguinte, o que se chamou de Revolução Francesa teria sido uma série de episódios *tresloucados* que perturbou o processo dito normal de evolução da sociedade francesa. Alegou-se que, sob inclusive no reinado de os Bourbons, Luís XVI, a França estava progredindo, estava realizando a centralização administrativa. Se não fosse a revolução - a Revolução Francesa com seus Robespierre, Danton e outros *tresloucados* -, a França teria se desenvolvido muito mais no século XIX e

seria mais depressa uma grande potência industrial. Então, o que perturbou o desenvolvimento da nação francesa foi exatamente o infeliz episódio chamado de revolução francesa. Dever-se-ia homenagear a monarquia dos Bourbons, reabilitá-la ao invés de festejar o mito revolucionário.

Reabilita-se também a Inquisição. Toda uma literatura historiográfica demonstra que a Inquisição não foi tão cruel assim. Afinal de contas, quantos morreram nas fogueiras, nos autos da fé; vai se verificar, por exemplo, que foram 2 ou 3 por ano. O que é isso? Não é muita coisa. Afinal de contas, nos episódios das guerras e repressões do mundo atual, morrem milhões. Evidentemente, na contabilidade da inquisição não se leva em conta aqueles que morreram nas prisões, aqueles que enlouqueceram, aqueles que se tornaram - ao serem libertos - mendigos ou pessoas desclassificadas, os parentes atingidos e envolvidos. Ou seja, todas as repercussões e conseqüências da repressão feita pela Inquisição. Só se toma um dado; aqueles que morreram nas fogueiras. E mesmo esse dado, por ser 3 ou 4 por ano, nem por isso deixa de ser significativo. É, afinal de contas, algo sem interesse diante do qual a gente deva ser neutro, o fato de que uma pessoa venha morrer, queimada viva, porque é acusada de heresia, de judaísmo ou de algum outro pecado? A reabilitação da Inquisição, como esclarece Anita Novinsky, se insere na grande onda de reabilitações historiográficas reacionárias.

Atualmente há toda uma literatura, na França, na Alemanha e numerosos outros países, de reabilitação do nazismo. Houve mesmo, na Alemanha, uma clamada discussão entre historiadores, que envolveu também, cientistas sociais de outras áreas, filósofos e políticos, em torno da questão do nazismo. O ponto inicial foi um artigo do historiador Ernster Nolte em que ele justificou o massacre nos campos de concentração como um ato de defesa da nação alemã contra o bolchevismo. Nolte lembrou o massacre dos indígenas, aqui nas Américas, de negros nas Áfricas, para justificar o massacre nos campos de concentração que continuaram até quase o fim, ou até quase o momento da derrota completa do nazismo, como ato de defesa da nação alemã contra a agressão judaica e o que seria o domínio dos russos com toda sua crueldade. Há os que vão além e negam a existência de campos de concentração, e de câmaras de gás. Tudo isso seria uma mentira, uma invenção da literatura historiográfica sionista ou de anti-alemães. É claro que tudo isso tem sido devidamente respondido. O historiador francês Pierre Vidal Nacquet, muito apropriadamente chamou esses reabilitadores do nazismo de assassinos da memória.

Agora, na Ex-União Soviética, há uma historiografia de reabilitação do czarismo, do antigo regime czarista, que, segundo alguns, se tivesse prosseguido, se não tivesse sido extinto pela revolução de 1917 teria feito da Rússia uma nação próspera e feliz. Teria evitado que o país cásse hoje numa tremenda crise política, econômica, moral, enfim, numa crise global. Em primeiro lugar, a falência do socialismo de Estado não justifica a conclusão sobre a morte do socialismo marxista. O próprio socialismo, com suas terríveis contradições, recolocará a alternativa do projeto socialista perante a humanidade. Em segundo lugar, o czarismo não é reabilitado por uma historiografia séria, porém pela mais exacerbada paixão nacionalista, pela romantização do exansionismo russo.

Acrescentar mais um tipo de reabilitação, já em curso, e que, certamente, florescerá no ano próximo: a reabilitação da colonização ibérica no continente americano. O ano de 1992 assinalará o quinto centenário da chamada Descoberta da América, da chegada das naves comandadas por Cristóvão Colombo à Ilha de São Domingos, no Caribe. Uma série de eventos estão sendo preparados na Espanha, cuja coroa patrocinou esta viagem. E também em Portugal, pioneiro das viagens transatlânticas e um dos principais colonizadores do continente americano. Em particular, obviamente, do nosso país. Já contra esse tom triunfal da chamada descoberta das Américas se pronunciam diversas instituições no nosso continente, mudando o sinal das comemorações. Não se pode falar em descoberta de um continente, como se nesse continente não existissem povos que já aqui viviam há várias dezenas de milhares de anos, e que em algumas partes das Américas já tinham construído sociedades com adiantado grau de vida material e cultural. Ao invés de pacífico encontro de culturas, e chegada dos europeus às Américas, prosseguindo o que o próprio Colombo iniciou, trouxe o massacre das populações indígenas de nosso continente. Tanto da faixa andina e da América Central, como do Caribe e da América do Norte. Bem como aqui no Brasil - desse território que os colonizadores batizaram de Brasil - e onde se instituiu uma colônia submetida a de Portugal. Ademais, os efeitos dessa colonização, dessa invasão do continente americano pelos europeus, não se limitou as populações aborígenes, mas também repercutiu de maneira duríssima entre os povos africanos, que serviram de viveiro para fornecer os escravos trazidos à força ao nosso continente para produzir açúcar, algodão, tabaco, café, de ouro, e diamantes.

Aqui, o meu propósito, é o de localizar uma específica reabilitação que é a brasileira, objeto, como vocês sabem, de um livro que eu escrevi e publicado pela editora Ática, o ano passado. Trata-se da reabilitação da escravidão.

Historiadores de status universitário, imprimiram as suas pesquisas um direcionamento ideológico e, nesse sentido, é impossível deixar de fazer observações críticas. Tem-se batido muito, no caráter consensual da escravidão. Quer dizer, a escravidão não teria sido o resultado de uma violência, de uma compulsão que faria do homem o escravo. Não teria sido uma violência organizada e sistematizada, que tinha apoio legal e se exercia como qualquer violência pela força, mas teria sido aceita pelos escravos. Por conseguinte, o contrário da violência. Nesse particular, as vias de aceitação podiam ser o patriarcalismo ou a hegemonia senhorial que os escravos aprovavam e à qual eles se subordinavam.

A visão patriarcalista da escravidão obviamente não é nova. Aqui mesmo em nosso país, ela já vem de muito tempo atrás e teve um expoente de ressonância mundial. Justamente Gilberto Freyre, cuja principal obra - *Casa Grande e Senzala* - foi escrita na década de 30. Antropólogo, sociólogo, historiador, a contribuição de Gilberto Freyre à ciência social brasileira não é por mim, de modo algum, subestimada, nem, de maneira alguma, desaconselhada a leitura de seus livros. Ao contrário, eu considero fundamental sejam lidos. Além do que ele é um grande escritor, do ponto de vista estritamente literário. Mas é inegável que a orientação ideológica de Gilberto Freyre produziu um efeito prejudicial na qualidade das suas obras. É dele a concepção da escravidão patriarcal, a visão da escravidão como uma sociedade dominada pela família patriarcal que abriga - de homens livres e de escravos, e hierarquizados mas também solidários e mesmo irmanados. Não devo, no princípio, entrar em detalhes para mostrar que isso era falso, porque a própria obra de Gilberto Freyre - *Casa Grande e Senzala* - é uma obra que, podia se resumir, à primeira parte do título, a *Casa Grande*. Da *Senzala* ele fala muito pouco. A *Senzala* é vista da janela da *Casa Grande*. Ele não penetra no interior da *Senzala*, não tem muita coisa a dizer do que acontecia dentro dela. É mais o mundo da *Casa Grande* com seus escravos, principalmente domésticos, é esse o mundo que ele estuda. E daí, a visão que extrai de uma escravidão benigna, benevolente, doce, o objetivo que ele repete muitas vezes, e que seria favorável aos próprios escravos.

A idéia da escravidão patriarcal foi modernizada por um historiador norte-americano, Eugene Genovese, autor de uma obra monumental, intitulada em inglês *Roll, Jordan, Roll*, já traduzida em nossa língua como *A Terra Prometida*. Uma obra que consubstancia enorme pesquisa e também é fundamental para quem quer conhecer a escravidão nos Estados Unidos. Todavia, é inegável que Genovese tornou como arquétipo a obra de Gilberto Freyre. De certo modo, o livro de

Genovese é a "Casa Grande e Senzala" dos Estados Unidos. Sendo que Genovese dá muito mais importância, tem muito mais pesquisas sobre o trabalho dos escravos do que Gilberto Freyre.

Não obstante, a idéia central de Genovese é a da hegemonia dos senhores sobre os escravos. Hegemonia é um conceito explicitamente extraído do pensador marxista italiano Antônio Gramsci. Que significa hegemonia? Significa a direção consensual de uma classe dominante uma classe dirigente que o é pela aceitação da classe subalterna. Os senhores queriam a direção dos escravos de maneira consensual. Isso se faria pela lei, pela religião, sobretudo pelo tratamento patriarcal que permitia aos escravos obter concessões consolidadas pelo costume e pelas praxes da sociedade escravista.

A idéia da escravidão hegemônica é suscetível de muitas críticas. Já foi analisado por autores norte americanos, que se contrapõem a esta visão patriarcalista de Genovese. Visão que pode ser refutada desde autores que escreveram antes de Genovese, como Kenneth Stampp, com sua magnífica obra sobre a Instituição peculiar que foi a escravidão nos Estados Unidos. Uma obra que, apesar dos anos, continua clássica até hoje. Até autores mais recentes como John Blassingame, Paul A. David e outros.

O conceito de hegemonia é funcional, do ponto de vista teórico, em nossa sociedade burguesa. Mas é inaplicável - em minha opinião - na sociedade escravista. Ali, nesta sociedade, na sociedade colonial escravista, o meio de dominação fundamental não é o consenso, é a violência e violência sistematizada, praticada ou latente ameaça de violência. É isso que mantém a submissão dos escravos no dia-a-dia, no cotidiano repetido continuamente. Não é que não exista patriarcalismo, certa dose de patriarcalismo existe. Não se pode negar tampouco que os senhores faziam concessões aos escravos, dentro dos limites das conjunturas, de suas situações individuais etc. Que, pelo costume, os escravos adotavam um limite de tolerância e os senhores não ignoravam os riscos de ultrapassá-lo. Porém nada disso invalidava a objetivação do escravo enquanto mercadoria e a instabilidade de qualquer melhora individual porventura alcançada.

Dois autores americanos, Fogel e Engerman, na obra *Time on the cross*, acentuaram que a escravidão foi rentável, e, por isso mesmo, ela permitia oferecer aos escravos perspectivas de melhoras de condições de vida, que os mantinham ativos e os convenciavam a "concordar" com sua situação de escravos. Existem provas convincentes de que a escravidão era rentável, o que variava com as

conjunturas. Contrariamente à tese de historiadores, inclusive de historiadores da escola paulista, os quais enfatizam que a escravidão era uma questão de status, de tradição, na linha de raciocínio weberiano. Por conseguinte, não era uma instituição racional e rentável. Tem sido demonstrado que a escravidão durante séculos foi rentável. Forneceu excedentes, que davam aos senhores a possibilidade de viverem como senhores. Em condições de luxo para os termos da época, e ainda fazer uma acumulação de riquezas, que permitia expandir a própria escravidão. Mas esta rentabilidade não repercutia no nível de vida dos escravos, nem os fazia concordar com a escravidão. Porque, Fogel e Engerman, com a sua argumentação baseada na teoria econômica neoclássica, afirmam que os escravos produziam o suficiente para dar o lucro aos senhores e gozar de um bom padrão de vida, sob a forma de alimentação farta, de habitação e a satisfação de outras necessidades materiais, o que equivaleria a um salário elevado, mais alto até do que o recebido pelos operários livres das Inglaterra. Só que, dizem eles: para isso era preciso usar da violência, coagir os escravos a trabalhar em excesso, acima do que pudessem tolerar. Trata-se de uma incoerência, porque, segundo a teoria neoclássica, cada fator de produção se ajusta às necessidades da atividade produtiva, espontaneamente, induzido pelo mecanismo do próprio mercado e não sob coação externa. O dono do capital utiliza o capital até o ponto em que ele é lucrativo; quando deixa de ser lucrativo, então a utilização diminui, se transfere para um setor que é mais lucrativo. Isso o próprio mercado faz. Então, como é que os escravos deviam ser forçados pela violência a produzirem de maneira satisfatória? É que aí a teoria marginalista neoclássica não pode explicar esse fenômeno. A rentabilidade, reconhecem Fogel e Engerman, é obtida pela violência e não pelo consenso.

Eu não preciso aqui citar autores brasileiros seguidores de linha semelhante. Não queria polemizar com eles, porque não estão presentes, e, afinal de contas, o que eu tinha de dizer sobre eles, já o disse, com todas as letras e dando os nomes de cada um e das suas obras, no livro *A Escravidão Reabilitada*. Quero, entretanto, prosseguir, mostrando ainda outros aspectos. Vejamos a questão da coisificação do escravo. A palavra coisificação, em certa literatura historiográfica sobre a escravidão, se tornou um palavrão, um nome feio, que não se pode usar senão entre aspas depreciativas. Dizer que havia coisificação do escravo - escrevem alguns autores - é o mesmo que afirmar que, de fato, eles eram coisas. Ora, eu acho que isso constitui um exagero inaceitável.

Qual é o grão de razão? Eu admito que alguns autores, nos anos 50 e 60 em particular, ao refutar as teses de Gilberto Freyre, se excederam e falaram na coisificação do escravo como coisificação subjetiva e como fato geral. Não só a coisificação do escravo era até subjetiva como era um fato geral. Os escravos se viam a si próprios como coisas. Isso era geral, e por isso eles não tinham efetividade histórica. Eles eram, como disse um autor, e nesse caso me permitam citá-lo, o senador Fernando Henrique Cardoso, eles, os escravos, eram testemunhas mudas da história. Outro autor, também muito conhecido e que eu respeito, Clóvis Moura, escreveu que só os escravos, que fugiam e participavam de quilombos, eram escravos que combatiam o regime escravista. Os outros, os que ficavam no trabalho, que não iam para quilombos, que não se insurgiam, consolidaram o regime escravista. Eram coniventes com ele. Ambas as posições me parecem extremadas e inaceitáveis. Não aceito que a coisificação subjetiva fosse um fato geral. Podia ser um fato singular, um caso limite, de pouquíssimos escravos, até assumindo formas patológicas. Mas o fato geral não era o da coisificação subjetiva. O escravo como pessoa, como subjetividade não aceitava a escravidão. Era obrigado a se adaptar a ela, porém não a aceitava. E demonstrava isso, não só fugindo, não só participando de quilombos, de insurreições, do que a maioria não participou, mas na vida cotidiana, como mau trabalhador, como sabotador do trabalho, como um trabalhador que exigia um alto custo de vigilância. Calculada evidentemente como coeficiente do custo geral da produção.

Se a coisificação subjetiva constitui um caso-limite muito raro, já a coisificação social era geral. Porque, recusar que havia coisificação social, na minha opinião, é recusar que havia escravidão. Do ponto de vista social, o escravo era uma coisa, uma mercadoria. Assim dizia a lei. Podia ser comprado e vendido como qualquer mercadoria, alugado, hipotecado, seqüestrado e, portanto, penhorado, e assim por diante. Todas as operações, de que são suscetíveis as mercadorias, incidiam sobre os escravos. Então, ele era coisa, do ponto de vista social, vejam bem. Evidentemente, se se nega isto, o que se tem em vista é algum outro regime que não a escravidão. O escravo era um sujeito, tinha subjetividade, podia reagir ao senhor, seja pela insubordinação, pela astúcia, ou pela violência, ou mesmo em alguns casos - pela negociação. Isso não deixava de fazer com que, então socialmente, ele fosse uma coisa. Como, de fato, era, no sentido de que era mercadoria, que o senhor tanto podia comprar, vender, alugar etc. Não se pode negar a coisificação social do escravo, porque assim se nega o próprio fato da escravidão. E não se pode também, a meu ver, enfocar a escravidão como um regime legalista em que a lei era respeitada, cumprida à risca. Por conseguinte, a

escravidão assumiria um aspecto contratual, como é o trabalho assalariado no mundo capitalista, subordinado a contratos individuais ou coletivos de trabalho, regidos pela lei e discutidos muitas vezes nos tribunais. Esse legalismo, no caso brasileiro, recebeu uma influência muito grande das obras de Edward Thompson, grande historiador inglês, que, exatamente, enfatizou a importância da luta pelo cumprimento da lei na trajetória do movimento operário na Inglaterra. Mas, sem entrar em considerações sobre a obra de Thompson, porque eu não tenho credenciais para isso, penso que a crítica adequada a Thompson foi feita por um historiador inglês, também um grande historiador, Eric Hobsbawn, e por Perry Anderson. Mas o próprio Thompson observou que esse legalismo, com a submissão consequente da própria classe dominante à lei, e a importância que isto tem para as classes dominadas, esse legalismo era inaplicável a certas categorias de pessoas, que ele cita: os escravos e as crianças. Ambos são categorias tuteladas. Quando se apoiam em Thompson, os nossos legalistas, os nossos adeptos da escravidão legalista, não mencionam esta ressalva, omitem-na por completo. Então Thompson não pode servir de base de apoio para tal concepção.

Porque a escravidão não era contratual, não podia ser - não era um contrato entre o escravo e o senhor. O escravo era comprado contra a vontade dele. Em geral, capturado na África, a captura era obviamente um ato de coerção, de violência extrema, traumatizante, ao qual muitos sucumbiam. Mesmo aquele, que nascia escravo e se educaria entre escravos, não aceitava estas condições, porque a própria vivência da escravidão e a visão do que era a liberdade usufruída pelos homens, que tinham direito a ela, incitavam o escravo a não se submeter à condição servil, a não aceitá-la, ao menos subjetivamente, e traduzir esta não aceitação em uma série de atos que podiam ser pequenos atos de insubordinação, de mau trabalhador e assim por diante, até os atos extremos de fuga, de atentados, etc.

Argumentar com os documentos de cartórios, nos quais estão registrados pleitos entre escravos e senhores, para formular a idéia da escravidão contratual, parece-me uma extrapolação excessiva. Estes documentos não provam que a escravidão fosse contratual, só porque alguns escravos puderam, em certas circunstâncias, chegar aos tribunais e pleitear alguns direitos que a lei lhes conferia e que supostamente teriam sido lesados. O número de escravos, que conseguia chegar aos tribunais era ínfimo. Demais o que se diz nesses documentos não é o que o escravo pensava. O escravo quase sempre era analfabeto e os requerimentos dos pleiteantes eram redigidos por advogados, rúbulas, escreventes ou pessoas que

se empenhavam na fidelidade à ideologia jurídica da época. Obviamente, a ideologia jurídica que legitimava a escravidão. O escravo devia pleitear diante do tribunal, já de antemão, antecipando que ele aceitava a escravidão como fato legítimo, pois, de outra maneira o tribunal não seria receptivo à argumentação. Neste caso, como em tantos outros, de alguns fatos, evidentes e documentados, está se tirando conclusões que extrapolam de longe a evidência comportada pelos próprios fatos.

Cito só um exemplo, extraído da obra de um desses historiadores. É o caso de um escravo que dispunha de um lote de terra concedido pelo seu senhor. Esse escravo certamente era um ótimo trabalhador, sabia aproveitar bem o seu tempo, teria ajuda, talvez, de sua mulher e filhos, prosperava com aquele lote, conseguia colheitas abundantes. A tal ponto que, para fazer a colheita do feijão e de outros gêneros, ele alugava jornaleiros, contratava homens livres para ajudá-lo na colheita. Então vocês vêem esse fato singularíssimo. Um escravo que era patrão de homens livres, que contratava homens livres para ajudá-lo na colheita, e os pagava com o jornal - como se dizia naquela época -, com um salário diário. Isso era compatível com a escravidão. A escravidão tinha elasticidade para admitir um fato dessa natureza. Mas esse escravo, nem por isso, deixava de ser escravo. Por que o que aconteceu? O senhor dele morreu e os herdeiros o venderam, resolveram vender o escravo. Ele perdeu aquela situação privilegiada. No processo, que se seguiu, ele reclamou o dinheiro auferido da venda da última colheita, que ele foi impedido de realizar, embora fizesse o plantio. Com efeito, o escravo foi ressarcido pelos herdeiros. Mas os documentos não dizem que tratamento ele recebeu de seu novo senhor. Mas podemos supor: ou que ele recebeu um tratamento igual ou que, ao contrário, o novo senhor o tratou de maneira completamente diversa. Quer dizer, a situação dele como escravo tornava o privilégio uma concessão sumamente instável. Com a morte do senhor, como eu disse, ele perdeu tudo isso. Se fosse um homem livre, obviamente não perderia.

O fato de escravos que comerciavam, escravos que tinham um pecúlio, que acumulavam certas quantias com o consentimento do senhor, ou às vezes sem o consentimento; escravos proprietários de escravos, porque isso se constata aqui no Brasil, embora com muito mais raridade do que na escravidão antiga em Roma, tudo isto era compatível com o sistema escravista. O sistema tinha certa elasticidade e admitia esses casos, na medida em que eles fossem casos marginais, quer dizer, em número reduzido. Porque, se fossem muito numerosos, o próprio caráter da escravidão seria afetado e mudado.

O grosso dos escravos trabalhava de sol a sol, longas e longas horas, jornadas que iam de madrugada até alta noite nas fazendas, produzindo os gêneros de exportação ou gêneros consumidos no mercado interno, ou então extraindo ouro e diamantes como foi o caso mais característico de Minas Gerais. Esse era um trabalho duríssimo, que consumiu a existência de muitíssimos escravos.

Vem a propósito uma outra questão, que se levanta no quadro, que eu estou aqui desenhando de maneira muito sumária. Refiro-me à questão da brecha camponesa, tese defendida particularmente no Brasil pelo historiador Ciro Cardoso. O fato de que escravos recebessem lotes de terra para cultivo e benefício próprio fez com que tais escravos fossem caracterizados como proto-camponeses como disse Sidney Mintz, estudando, em particular, o escravo das Antilhas. E daí veio a idéia de que esse tipo de atividade, de cultivo de um lote em benefício pessoal, constituísse uma brecha camponesa no sistema da escravidão. A meu ver, essa interpretação não é aceitável. O balanço historiográfico que eu pude fazer, no caso brasileiro, incluindo minhas próprias pesquisas, e apoiado o mais possível na historiografia de vários países das Américas, conduziu-me a conclusão que passo a expor.

Nos Estados Unidos esse fenômeno do lote individual para cultivo próprio não foi um fenômeno muito difundido. Ele existiu, porém não teve grande peso. Em geral os senhores alimentavam os escravos com alimentos que eles forneciam, com rações que eles forneciam, seja de terras cultivadas dentro das fazendas, seja pela compra de alimentos fora delas. Como o Oeste americano era um grande produtor de alimentos baratos, os escravistas do sul podiam comprá-los e fornecê-los aos seus escravos. Havia de fato, em certos casos, lotes, nos quais os escravos podiam cultivar alguma coisa para si próprios. Ou então praticar a caça, a pesca, atividades em seu próprio benefício. Mas isso teve um peso muito pequeno. Reconhece o próprio Genovese, que - no caso - é uma autoridade insuspeita.

Creio que, também no Brasil, se pode dizer algo de semelhante, embora o fenômeno tenha tido uma dimensão maior que nos Estados Unidos, particularmente na área do café. Não tanto na área do açúcar, um produto exigente de muito trabalho, durante quase o ano inteiro. Isto porque, logo depois da safra, da colheita da cana, da moagem e da produção do açúcar, se seguia o plantio, também muito trabalhoso. Tal acúmulo de trabalho compulsório, dava muito pouca margem para que o escravo tivesse tempo e energias a fim de cultivar o lote próprio, ao menos durante o ano inteiro.

Na área do algodão, atividade menos exigente, na área do café, o aproveitamento do lote próprio foi mais generalizado. Assim mesmo, de maneira instável, porque nas fases de alta cotação do produto, o senhor escravista tinha o interesse de obter o máximo de produção, o que o levava a restringir o tempo que o escravo podia dispor para cultivar o seu próprio lote, seja produzindo às vezes até produtos de exportação, como algodão e café, que eram comprados pelo senhor, seja produzindo gêneros alimentícios para consumo próprio, ou para venda no mercado interno.

Por conseguinte, o fenômeno não teve um peso que pudesse configurar um proto-campesinato ou uma brecha camponesa. Na minha opinião, na formação do campesinato brasileiro, o cultivo do lote próprio pelo escravo entra como um fator de reduzida significação se nós estudarmos a maneira como se formou o campesinato brasileiro, particularmente a partir do século XVIII, quando ele engrossa, e no decorrer do século XIX, sobretudo na segunda metade, quando a escravidão entra em declínio e vai se extinguir.

Onde a atividade dos escravos, nos seus lotes, teve uma difusão mais significativa, com um peso maior de fato, foi nas Antilhas, e isso é inegável. Por uma razão que se pode explicar. Muitas das ilhas das Antilhas são diminutas. Existem quatro ilhas que são chamadas de grandes Antilhas: Cuba, Porto Rico, Jamaica e São Domingos. As demais são as pequenas Antilhas. Basta dizer que todas as ilhas antilhanas reunidas totalizam um território menor do que o de Cuba, com 105.000 Km². Então, vocês podem imaginar o que é Granada, o que é Aruba, o que é Trinidad, o que é Tobago, o que são estas ilhas, que em certo momento foram grandes produtoras de açúcar, porque todas elas só produziam isso praticamente como grande artigo de exportação. Com o açúcar tomando conta de quase tudo, se vinha um acidente como um furacão, uma inundação, as pequenas ilhas ficavam literalmente desprovidas de alimentos, dependentes de fornecimentos externos, dependentes de navios que trouxessem alimentos. Em consequência, a própria legislação das potências colonizadoras (da Espanha, França, Holanda, Inglaterra) estabeleceu que os escravos deviam, além do trabalho da produção de gêneros exportáveis, ter tempo para produzir gêneros de consumo, sobretudo os gêneros que fossem pouco afetados pelos furacões, como são o inhame, a mandioca e tubérculos em geral. E também para criar aves, pequenos animais e assim por diante. Os senhores procuravam facilitar aos escravos uma atividade regular nos seus lotes, porque, com isso, os próprios escravos tinham uma alimentação assegurada e podiam vender o excedente nos mercados à população livre.

Havia uma razão, digamos ecológica, que determinou que esse fenômeno do cultivo próprio dos escravos tivesse uma difusão e, uma estabilidade maiores nas Antilhas.

Assim mesmo, de maneira bastante relativa, porque, nas épocas de safra, a atenção dos proprietários se concentrava no açúcar, no café, no algodão. Enfim, naqueles cultivos de exportação. Em Cuba, depois que veio o auge do açúcar, depois das invasões da Inglaterra e da introdução de dezenas de milhares de escravos, os conucos - como eram chamados os lotes cultivados pelos escravos - quase desapareceram, porque o açúcar se tornou soberano absoluto. Só depois dos anos 40, após manifestações de aguda rebeldia dos escravos é que os donos, os plantadores, passaram a conceder o direito de plantio para benefício próprio aos escravos. Então, mesmo em Cuba, também se tratava de uma concessão sujeita a uma série de condições.

Oponho-me à tese da brecha camponesa, porque ela deu margem para que outros autores falassem de outras brechas, como a brecha assalariada. Esta última, no caso dos negros de ganho, que eram aqueles escravos que, nas cidades, andavam pelas ruas, não estavam sujeitos a uma vigilância estrita e contratavam serviços de transporte e outros serviços com terceiros. Também, aí não cabe falar em assalariados, porque se tratava de um escravo obrigado a entregar uma parte fixa de sua renda, do seu ganho, ao senhor, sob pena de castigo. O escravo não era um assalariado livre, que realiza o trabalho contratado e tem direito ao salário previamente estabelecido. O escravo primeiro tinha que pagar ao senhor uma certa quantia. E o que sobrasse, se sobrasse, era dele. A parte detida pelo escravo se destinava à sua alimentação, e às vezes, ao pagamento de sua moradia. Podia residir fora da casa do senhor, no caso de certas concessões. Também aí não se pode falar em brecha assalariada. Eu me permito aqui citar um dos oradores desse ciclo, o Prof. Luis Carlos Soares, numa recente reunião da ANPUH nacional, este ano, presidindo a mesa no dia em que eu fui conferencista. Com toda sua honestidade de competantíssimo historiador que é, autor já de uma obra muito importante e pioneira sobre a escravidão urbana, o professor Luis Carlos Soares reconheceu que, não mais defendia a tese da "brecha assalariada" como fizera antes. Argumentou que não cabia usar este conceito, uma vez que a escravidão tinha elasticidade ou flexibilidade para comportar variadas situações dos escravos, sem que eles deixassem de ser escravos, e sem que o sistema fosse atingido por essas variadas situações.

Em conclusão, falar em brechas só faz trazer confusões ao que não deve ser confundido.

Eu queria, por último, me referir, embora rapidamente, à questão da família escrava. Esta existia, em certos limites. Não se deve negar a existência da família escrava. O fato tem sido estudado, em particular, com relação a São Paulo. Mas também daí se vêm extraindo ilações descabidas, que descaracterizaram a escravidão como um fato baseado na violência, fundamentalmente favorável não aos escravos, mas aos senhores.

Como é claro, a questão da família escrava se estende a todos os aspectos de demografia da escravidão. Eu não vou aqui entrar em detalhes a respeito da questão, que será aliás, objeto de uma conferência amanhã do professor Douglas Libby. Eu só quero aqui dar a minha opinião à respeito dessa literatura, no sentido em que ela tem sido elaborada por diversos pesquisadores com o pressuposto da neutralidade do sistema escravista para a demografia da escravidão. A demografia da escravidão seria influida pelos sistemas de lactação, pelos sistemas alimentares, pelas origens étnicas ou regionais dos escravos, de costumes tais ou quais, de hábitos sexuais, mas nunca pelo sistema escravista. Este seria neutro para questões demográficas.

Ora, é inconcebível que o sistema escravista pudesse ser neutro para a demografia da escravidão. Não que o sistema determinasse todos os aspectos dessa demografia. Isso seria também um exagero, cair num outro extremo. A demografia, ou o desenvolvimento demográfico, os fenômenos demográficos, sofrem incidências de numerosas variáveis. Eu não vou aqui fazer uma dissertação sobre o assunto. Mas, me parece que, em qualquer formação social, o sistema econômico-social vigente é um fator decisivo da demografia, não pode deixar de ser, e no caso da escravidão isso é muito evidente por todos os estudos que queiram fazer a respeito dele. Negar que o sistema escravista, o modo de produção escravista colonial, como eu formulo, fosse neutro com relação aos fenômenos demográficos é, me parece, uma maneira também de reabilitar a escravidão. Com toda a evidência, esses procedimentos se prolongam no próprio estudo do processo abolicionista aqui no Brasil. De um lado, pretende-se negar completamente a luta abolicionista como um fato, um processo que teve uma importância muito grande em nosso país, ainda que o Brasil tenha sido o último país das Américas a eliminar a escravidão do seu território. Mesmo assim, a luta abolicionista conseguiu ao menos poupar o Brasil de uma geração de escravismo, e isso tem significação muito grande para todos os eventos posteriores. Porque, com mais uma geração de

escravismo, nós seríamos muito mais atrasados hoje do que já somos, com relação ao centro desenvolvido do sistema capitalista. Esse processo abolicionista teve uma importância muito grande. E, nele, ao meu ver, nós temos a participação dos escravos como força autônoma, como força que reagiu à opressão, nas circunstâncias de declínio do regime escravista da segunda metade do século XIX. E temos a vertente dos homens livres, que se empenharam também na extinção desse regime. Porque, enquanto a frente dos homens livres não se cindiu, as lutas dos escravos terminaram sufocadas, não conseguiram ganhar desdobramento. Nem mesmo o Quilombo dos Palmares, que durou quase um século, e depois foi irrepetível, porque nenhum quilombo assumiu as proporções nem a duração do Quilombo dos Palmares. Foi somente quando a frente dos homens livres se cindiu, ou seja, quando uma parte crescente dos homens livres aderiu à causa do abolicionismo é que a ação dos escravos, conjugada com a dos homens livres, levou ao apressamento da Abolição, à aceleração do tempo histórico em nosso país. Apesar disso, o Brasil foi o último país que aboliu, que eliminou a escravidão do seu território.

Termino a conferência afirmando que, de maneira alguma, pretendo que a metodologia marxista, tenha esgotado qualquer tema, inclusive o tema da escravidão brasileira. Não quero subestimar a contribuição, que podem dar novos procedimentos de pesquisa, a todos os campos da historiografia, em particular ao campo da escravidão. Seja a história chamada oral, seja a história das mentalidades, incluindo aí o imaginário, o simbólico, o saber popular, o folclórico, os estudos em que a história se apóia na Antropologia, sem se converter em Antropologia. Porque penso que a história é uma disciplina dotada de objetivo próprio, não devendo ser convertida numa espécie de Antropologia Histórica, em que um estudo de campo, ao invés de ser feito com populações vivas, é feito em arquivos. Mas a historiografia pode se apoiar na Antropologia, como se se apóia na demografia, como se apóia na sociologia, e como se apóia em todas as outras ciências sociais, ao mesmo tempo servindo de elo a todas elas. Nesse particular, é claro que certos campos especiais também precisam ser explorados, não podem ser subestimados como o são os campos da sexualidade, da família, da criança, da religião, das superstições, das crenças, enfim, de tudo isso que tem sido chamado de imaginário, de simbólico, que também faz parte da existência dos homens e sem o quê não existem sociedades.

O marxismo é infenso a estes procedimentos metodológicos e nem à extensão do campo de estudos da própria historiografia. Isso seria uma

interpretação própria de um marxista dogmático, a meu ver, errônea, equivocada, prejudicial ao próprio marxismo. Hoje, é sabido que a cotação do marxismo não é alta. A história do marxismo e dos estudos marxistas inevitavelmente sempre se ligaram às atividades práticas de partidos e correntes partidárias, correntes de idéias, correntes de ação que se inspiram na sua doutrina e que procuram transformar a vida social. E, nesse sentido, é claro, com os acontecimentos no Leste Europeu e em outras partes do mundo colocaram o marxismo em causa. Mas não se pode pôr em causa a contribuição de Marx à história das idéias. Isso quem diz não é um marxista como eu, mas é um adversário do marxismo, como Delfim Neto. As idéias do mundo de hoje são impensáveis, são incompreensíveis sem a contribuição de Marx, sem a sua visão da vida econômica, do capitalismo em particular, da sua crítica do capitalismo e a sua concepção filosófica e particular. Por mais que se seja adversário dele, e que se considere que ele foi um homem do século XIX que não podia prever os acontecimentos tão diferentes, tão diversos, dessa segunda metade do século XX. E, ainda há pouco, nada menos que o *Wall Street Journal* porta-voz da Bolsa de Nova Iorque, publicou um artigo afirmando que Marx não morre porque o Leste Europeu desmoronou, uma vez que muitas das suas idéias são perenes, estão assimiladas pelo próprio modo de vida do mundo capitalista. O diário nova-iorquino mencionou as reivindicações de Marx incorporadas à legislação trabalhista e faz de Marx um precursor da ecologia, porque no seu tempo, reclamou contra a sujeira do Rio Tamisa, poluído pelas indústrias e pelo sistema de canalização de esgotos. Por fim, argumenta o *Wall Street Journal* - argumento muito repetido - que, se não se pode culpar Cristo pelos crimes da Inquisição, não se pode culpar Marx pelos crimes do stalinismo e de outros ditadores do Leste Europeu.

Esta é uma argumentação mínima, porque na verdade nosso mundo intelectual, por menos que se queira, está impregnado de idéias cuja origem estão na obra de Marx. Mas, a obra de Marx não se cinge apenas a essas idéias. Com tudo isso que está acontecendo, o marxismo não é um capítulo já encerrado na história. Penso, tenho essa convicção, de que lhe caberá escrever outros capítulos, novos capítulos na história das idéias e na história concreta dos povos, neste final do século XX, ou já no século XXI.

O que não podemos é interpretar aquilo que o marxismo considera determinação como pré-determinação, como fatalidade, fazendo do marxismo uma doutrina que propõe uma trajetória fatal ou inevitável à humanidade, isto não é marxismo, é anti-marxista. E nem podemos exigir que o marxismo como ciência

escravismo, nós seríamos muito mais atrasados hoje do que já somos, com relação ao centro desenvolvido do sistema capitalista. Esse processo abolicionista teve uma importância muito grande. E, nele, ao meu ver, nós temos a participação dos escravos como força autônoma, como força que reagiu à opressão, nas circunstâncias de declínio do regime escravista da segunda metade do século XIX. E temos a vertente dos homens livres, que se empenharam também na extinção desse regime. Porque, enquanto a frente dos homens livres não se cindiu, as lutas dos escravos terminaram sufocadas, não conseguiram ganhar desdobramento. Nem mesmo o Quilombo dos Palmares, que durou quase um século, e depois foi irrepetível, porque nenhum quilombo assumiu as proporções nem a duração do Quilombo dos Palmares. Foi somente quando a frente dos homens livres se cindiu, ou seja, quando uma parte crescente dos homens livres aderiu à causa do abolicionismo é que a ação dos escravos, conjugada com a dos homens livres, levou ao apressamento da Abolição, à aceleração do tempo histórico em nosso país. Apesar disso, o Brasil foi o último país que aboliu, que eliminou a escravidão do seu território.

Termino a conferência afirmando que, de maneira alguma, pretendo que a metodologia marxista, tenha esgotado qualquer tema, inclusive o tema da escravidão brasileira. Não quero subestimar a contribuição, que podem dar novos procedimentos de pesquisa, a todos os campos da historiografia, em particular ao campo da escravidão. Seja a história chamada oral, seja a história das mentalidades, incluindo aí o imaginário, o simbólico, o saber popular, o folclórico, os estudos em que a história se apóia na Antropologia, sem se converter em Antropologia. Porque penso que a história é uma disciplina dotada de objetivo próprio, não devendo ser convertida numa espécie de Antropologia Histórica, em que um estudo de campo, ao invés de ser feito com populações vivas, é feito em arquivos. Mas a historiografia pode se apoiar na Antropologia, como se se apóia na demografia, como se apóia na sociologia, e como se apóia em todas as outras ciências sociais, ao mesmo tempo servindo de elo a todas elas. Nesse particular, é claro que certos campos especiais também precisam ser explorados, não podem ser subestimados como o são os campos da sexualidade, da família, da criança, da religião, das superstições, das crenças, enfim, de tudo isso que tem sido chamado de imaginário, de simbólico, que também faz parte da existência dos homens e sem o quê não existem sociedades.

O marxismo é infenso a estes procedimentos metodológicos e nem à extensão do campo de estudos da própria historiografia. Isso seria uma

interpretação própria de um marxista dogmático, a meu ver, errônea, equivocada, prejudicial ao próprio marxismo. Hoje, é sabido que a cotação do marxismo não é alta. A história do marxismo e dos estudos marxistas inevitavelmente sempre se ligaram às atividades práticas de partidos e correntes partidárias, correntes de idéias, correntes de ação que se inspiram na sua doutrina e que procuram transformar a vida social. E, nesse sentido, é claro, com os acontecimentos no Leste Europeu e em outras partes do mundo colocaram o marxismo em causa. Mas não se pode pôr em causa a contribuição de Marx à história das idéias. Isso quem diz não é um marxista como eu, mas é um adversário do marxismo, como Delfim Neto. As idéias do mundo de hoje são impensáveis, são incompreensíveis sem a contribuição de Marx, sem a sua visão da vida econômica, do capitalismo em particular, da sua crítica do capitalismo e a sua concepção filosófica e particular. Por mais que se seja adversário dele, e que se considere que ele foi um homem do século XIX que não podia prever os acontecimentos tão diferentes, tão diversos, dessa segunda metade do século XX. E, ainda há pouco, nada menos que o *Wall Street Journal* porta-voz da Bolsa de Nova Iorque, publicou um artigo afirmando que Marx não morre porque o Leste Europeu desmoronou, uma vez que muitas das suas idéias são perenes, estão assimiladas pelo próprio modo de vida do mundo capitalista. O diário nova-iorquino mencionou as reivindicações de Marx incorporadas à legislação trabalhista e faz de Marx um precursor da ecologia, porque no seu tempo, reclamou contra a sujeira do Rio Tamisa, poluído pelas indústrias e pelo sistema de canalização de esgotos. Por fim, argumenta o *Wall Street Journal* - argumento muito repetido - que, se não se pode culpar Cristo pelos crimes da Inquisição, não se pode culpar Marx pelos crimes do stalinismo e de outros ditadores do Leste Europeu.

Esta é uma argumentação mínima, porque na verdade nosso mundo intelectual, por menos que se queira, está impregnado de idéias cuja origem estão na obra de Marx. Mas, a obra de Marx não se cinge apenas a essas idéias. Com tudo isso que está acontecendo, o marxismo não é um capítulo já encerrado na história. Penso, tenho essa convicção, de que lhe caberá escrever outros capítulos, novos capítulos na história das idéias e na história concreta dos povos, neste final do século XX, ou já no século XXI.

O que não podemos é interpretar aquilo que o marxismo considera determinação como pré-determinação, como fatalidade, fazendo do marxismo uma doutrina que propõe uma trajetória fatal ou inevitável à humanidade, isto não é marxismo, é anti-marxista. E nem podemos exigir que o marxismo como ciência

seja onisciência. Isto é anticientífico. Toda ciência tem de se submeter à prova dos fatos. Se agora o marxismo é chamado à prova dos fatos, precisa ter a capacidade de interpretar esses fatos novos desses tempos. No caso do marxismo, sem dúvida alguma, renovar-se é indispensável para não se esterilizar. E, assim como se sucedeu em crises anteriores, embora esta seja a maior crise, ao que eu saiba, já sofrida pelo marxismo, é justamente nas épocas de crise que o marxismo mais floresceu. Estou convencido de que a crise atual será uma incitação ao novo florescimento do marxismo. Com isso eu encerro a minha conferência.

DEBATE

Eu queria fazer uma pergunta a propósito do marxismo, não sei se exclusivamente da escravidão, mas a propósito de algumas pretensões que aqueles historiadores que se postulam como alternativa teórica do marxismo, como alternativa do fazer histórico ao marxismo expresso notadamente diante das questões de uma história que fala pelos episódios da dimensão temporal do cotidiano; é bastante comum entre esses historiadores a abordagem desse fenômeno, os fenômenos mais episódicos do cotidiano. E, o que se vê, nem sempre é uma solução muito satisfatória do ponto de vista da articulação desses fenômenos com aquelas questões, vamos dizer, para simplificar, estruturas relacionadas à economia e assim por diante. Por outro lado, o marxismo, até aonde a gente pode perceber, nunca se debruçou, nunca se deteve especificamente sobre esses aspectos, pelo menos no que tange às correntes mais sólidas da historiografia de inspiração marxista. Hoje me parece que um dos desafios interessantes postos à frente do marxismo é justamente encontrar respostas de natureza teórica que busquem esta articulação entre os fenômenos de um cotidiano, de um nível mais episódico com aqueles fenômenos de natureza macroestrutural, econômicos, etc. O senhor teria, talvez, alguma reflexão sobre esse assunto?

Sem dúvida. Eu penso que o cotidiano é uma dimensão da existência de todos os homens e mulheres, de todos os seres que fazem parte da humanidade. Todos nós o que se pode chamar de cotidiano. Ou seja, praticamos atos que repetimos regularmente ou com frequência. Atos indispensáveis à nossa sobrevivência, como, por exemplo, alimentar-se e dormir, e atos que dizem respeito ao trabalho, à profissão que exercemos, ao lazer, à diversão, etc. Que isso tem de importante para o historiador? Sem dúvida, estudar o cotidiano de cada

época nos dá uma visão do que é esta sociedade que tem aquele peculiar cotidiano. Que fazem, digamos, os homens e mulheres de um certo corte social, de certo segmento (aí é preciso ver as coisas do ponto de vista da divisão da sociedade em classes sociais, da sua estratificação e assim por diante), que é que eles fazem quando acordam? Qual é a higiene das suas habitações? Como eles se alimentam? Qual é o trajeto que percorrem para ir ao trabalho? Como são tratados no trabalho? Quantas horas trabalham? Que tipos de doenças contraem através de sua vida? Qual é a sua expectativa de vida e como é que se dá sua morte? A morte também é uma dimensão obviamente inevitável da vida e deve ser estudada, como o fez, um dos historiadores das mentalidades mais importantes, Michel Vovelle, declaradamente marxista. Mas, essa visão do cotidiano, a meu ver, só tem importância historiográfica se for enfocada do ponto de vista da mudança. Quer dizer, dos processos que vão introduzindo mudanças no cotidiano, novos hábitos, novos procedimentos, novos comportamentos de tipo moral, novos relacionamentos que se impõem no cotidiano deste ou daquele segmento da sociedade. Isto é o que interessa para o historiador. A visão estática e meramente descritiva - na minha opinião - acaba no trivial, termina nivelando tudo e colocando todos os fenômenos do cotidiano no mesmo plano, como se eles tivessem a mesma importância. Não raro, a título de pesquisar o cotidiano, saímos da historiografia e fazemos reportagem, fazemos crônica, ou então, no melhor dos casos, antropologia. Uma reportagem pode ser até interessante para o leitor comum e se converte em "best seller". Porém, do ponto de vista historiográfico, de conhecimento da história e da trajetória histórica, que é o objetivo do estudo historiográfico, pouco representa. Mas, evidentemente, o cotidiano é uma dimensão que interessa ao historiador. Quanto a isso, estou de acordo.

Tenho duas questões em relação ao que os conferencistas, Silvia Lara e Luiz Mott disseram aqui, em relação ao que foi colocado e que me deixou bastante em dúvida. Primeiro, a questão da violência que, segundo a Silvia Lara coloca que nos seus trabalhos, ocorre um certo anacronismo de usar o termo violência para determinadas situações históricas em que essa violência não era sentida dessa maneira, do presente, da maneira do presente, pelos seus agentes, pelas pessoas que viveram no momento. Luiz Mott, de alguma forma confirmou isso, falando que a escravidão não teria sido tão violenta assim, já que há em documentos que falam do tráfico, evidências de escravos, que preferiam ficar no Brasil do que na África subalimentados.

E também colocou a questão das famílias escravas. Ele enfatizou muito as tradições africanas de sexualidade - vamos dizer assim - e que a grande maioria dos escravos, viriam de regiões em que os casamentos eram poligâmicos, e que havia certos - vamos dizer assim - desvios sexuais para a moral cristã. Para a moral cristã, os escravos, de alguma forma, teriam uma sexualidade muito diferenciada. Ele acha que não deve ser sexualidade africana, mas sexualidades africanas, são várias. E enfatizou muito a questão da tradição, essa tradição, essa sexualidade como fator importante a ser levado em consideração quando se vai analisar - pelo menos foi essa a conclusão que tirei - a questão das famílias escravas, e não analisar apenas pelo âmbito do processo do plantio. Eu queria que o senhor falasse sobre isso.

A respeito da questão da violência, eu já respondi à proposição da professora Silva Lara, no meu livro *A Escravidão Reabilitada*. Concordo que o que se chama violência é condicionado por situações sociais, por épocas históricas. O que uma forma de sociedade considera violência, uma outra sociedade pode não considerar. Para ser claro, eu me circunscrevo ao fenômeno da violência física e o defino como pressão e agressão física. Ao argumentar que se usa o termo violência de maneira imprópria para a escravidão, a Prof^a Silvia Lara se baseia em pleitos judiciais - os próprios escravos reconheciam que o castigo a eles infligido era castigo justo, castigo que um pai aplicaria a um filho. Tais termos aparecem em alguns desses processos, que ela cita. Os próprios escravos aceitariam aqueles castigos não como violência, porém como processo normal pedagógico, por assim dizer, já que comparado a castigos aplicados por pais aos filhos. A argumentação foi por mim contestada com a seguinte contra-argumentação. A Prof^a Lara se apóia em documentos que não foram escritos pelos escravos. Os escravos eram, no Brasil, quase todos analfabetos. O Censo de 1973 registrou mil e poucos escravos alfabetizados em todo o país. Ao contrário dos Estados Unidos, onde - se bem que a grande maioria fosse analfabeta - o número de alfabetizados chegava, ao final da escravidão, a cerca de 200 mil. Então, quem escrevia os documentos que reproduziam afirmações dos escravos? Não eram os escravos, pessoas familiarizadas com o mundo judicial: advogados ou rúbulas, escrivães e outros que assumiam causas dos escravos. Causas, em geral, envolvendo questões financeiras. Eram pleitos que reclamavam pecúlios, direitos de herança, alforrias, cultivos de lotes de terra. Para isto, usavam de uma argumentação apropriada à instituição judiciária. Não se podia pleitear alguma coisa em favor do escravo, se não se partisse do princípio fundamental da legalidade e da legitimidade da própria escravidão. Quer dizer, o escravo tinha de reconhecer que a escravidão era legal e

legítima, de outra maneira o juiz não aceitaria nenhuma das suas alegações. Por consequência, o escravo devia aceitar que também o castigo se justificava. O escravo se queixava dos excessos por ventura praticados no ato do castigo, não do castigo como tal. Todavia, não se pode isentar a escravidão brasileira da violência, só porque em alguns pleitos os escravos reconheceram a legitimidade da escravidão e dos castigos físicos. E não se pode, tampouco, baseado apenas nesses documentos, afirmar que o fator coesivo fundamental da instituição escravista foi o consenso dos escravos e não a violência dos senhores. Penso que a Prof^a Silvia Lara se filia à concepção legalista, contratual e consensual da escravidão. Evidentemente, ela tem todo o direito de ter esta concepção. Mas eu discordo frontalmente deste enfoque.

Quanto às famílias escravas, há estudos, em vários países, que mostram que não se deve pensar nessas famílias sob a ótica da família dos homens livres, os quais adotaram a moral cristã e se organizavam em famílias de tipo monogâmico. A moral cristã e a lei que se acoplava a ela obviamente proibiam a poligamia. Ainda que, como nós sabemos, nas sociedades cristãs, até hoje é admitido que o homem, particularmente, seja de fato polígamo, possa - além da família legal - ter outra família ou, pelo menos, relações sexuais e afetivas com mulheres diversas. Já as famílias escravas, obviamente, procuravam se organizar segundo tradições africanas. Mas elas enfrentavam, sobretudo no Brasil e em outros países, o desequilíbrio entre sexos peculiar à da escravidão brasileira (isto é, um forte desequilíbrio em favor dos homens: 2/3 ou 3/4 de homem para uma mulher, enquanto durou o tráfico africano). Esse desequilíbrio entre os sexos impedia justamente o que era característico de famílias africanas em muitas etnias africanas, ou seja, a poligamia ou a poliginia. A poliginia era dificilmente praticável nessas circunstâncias, quando as mulheres existiam em quantidade muito inferior à dos homens. Mais comum seria o que se poderia considerar uma poliandria, se a relação com dois ou mais homens tinha certa estabilidade: uma mulher com três ou quatro homens, com os quais ela regularmente teria intercurso sexual. Demais estou convencido de que a escravidão sempre existiu com promiscuidade sexual, promiscuidade no sentido literal da palavra. Ou seja, relações sexuais que não estão reguladas por normas e que se produzem ao acaso dos encontros entre os variados parceiros, irregulares e, portanto, promíscuos. Toda a escravidão tem certo grau de promiscuidade. E não vão nos dizer que foi por hábitos africanos que, no Brasil, existia um intercurso sexual das escravas com escravos libertos e homens livres, sobretudo os senhores, os filhos dos senhores, os feitores, os homens livres do estabelecimento escravista, de maneira promíscua. Não foi por

costumes africanos, foi por causa da escravidão. Também aqui, certos historiadores querem fazer da escravidão, do sistema escravista, algo neutro que nada tem que ver com a sexualidade. Tudo mais tem que ver, mas não a escravidão! Isso é falso, isso é completamente falso. E, justamente, uma historiadora - que nesse caso é insuspeita, porque ela é um dos expoentes da visão patriarcalista ou neopatriarcalista da escravidão brasileira, a Professora Kátia Matoso -, estudando a escravidão em Salvador, pois observou e disse com todas as letras: raríssimas eram as famílias escravas, raríssimas! Em Salvador, que tinha um dos maiores contingentes de escravos das cidades brasileiras, muito raramente os filhos de escravas eram registrados com o nome do pai, porque o nome do pai quase sempre era desconhecido. E é o caso de perguntar: como é que o escravo se gerou? Por via de um relacionamento promíscuo! E, em muitos casos, os escravos, os pequenos escravos, já com 10 anos, não têm nem pai - porque já não sabiam quem era -, e nem mãe - porque a mãe já tinha sido vendida ou, algumas vezes, falecida. Em casos comuns, observa ainda Kátia Matoso, se constatarem comunidades masculinas, em que só há homens. Porque as escravas eram sobretudo escravas domésticas. Os homens, muitas vezes, eram escravos de ganho, negros de ganho, que podiam viver fora da casa do senhor. Então, eles não viviam em família, porque não a tinham, e viviam em casas ou em porões, ou em quantos, amontoados, 10, 15 homens, constituindo uma comunidade, porque não tinham famílias.

E isso era fruto de quê? De tradição africana? Era tradição africana o homem ficar solitário? Ao contrário, a tradição africana era da poliginia. Então, isso constituía fruto do sistema escravista, que não se pode considerar neutro também para o fenômeno da família e da sexualidade dos escravos.

Gostaria de levantar algumas questões que foram colocadas ontem na palestra da Prof^a Sílvia Hunold Lara que dizem respeito ao trabalho do senhor. Inicialmente ela mencionou, sem se estender sobre o assunto, que haveria uma identificação entre suas obras e as correntes estruturalistas. A afirmação é precedente? Haveria esta proximidade?

Em outro ponto da conferência a autora - e aqui eu gostaria de me desculpar por insistir no cotejo entre as duas exposições, mas como o objetivo do seminário é justamente o de estimular o debate em torno da escravidão, julgo que são forçadas as referências aos debates anteriormente havidos - aponta, sobretudo

na obra Escravidão Reabilitada uma certa negligência no tratamento das fontes primárias o que enfraqueceria muitas das conclusões da obra citada. No mesmo sentido, Silvia Lara considera que as afirmações feitas tem como apoio a documentação primária já utilizada em fontes bibliográficas. Tal fato teria sérias implicações metodológicas, sempre na visão da autora, que afirma que a teoria só pode ser constituída a partir da pesquisa nos arquivos, que o historiador deve ouvir os arquivos, ouvir a documentação. E, só aí a gente pode construir a teoria.

A primeira afirmação a respeito da proximidade do que eu escrevi com o estruturalismo é uma opinião. Quem a tiver, que a defenda. Mas, eu penso que não sou estruturalista no sentido da escola de Louis Althusser, se é isso o que a Professora Lara tem em vista. Ao contrário, Louis Althusser eliminou o sujeito da história. Quer dizer, a história, a vida social seria um sistema que tem sua lógica, suas leis, mas não tem sujeito. Quer dizer, não possui um agente com vontade própria que interfira nesse sistema, tal como ele propõe. Eu não tenho, de modo algum, esse ponto de vista, esse enfoque, e, tanto em *O Escravismo Colonial* como em *A Escravidão Reabilitada*, faço a crítica circunstanciada de Althusser. Apesar disso, quem achar que, mesmo com essas críticas, eu continuo próximo de Althusser, deve argumentar e demonstrar. Como não ouvi a conferência da Prof^a Silvia Lara, não sei em que ela se baseia para fazer essa afirmação. Não tenho como abordá-la.

A outra afirmação, a respeito de fontes. Quando eu escrevi *O Escravismo Colonial*, pelo próprio teor da obra (já não quero falar das circunstâncias pessoais em que me encontrava para poder fazer a pesquisa e finalmente redigir aquele livro), mas, pelo próprio teor da obra, eu não teria como avançar em pesquisas de arquivo, porque se trata de uma obra que pretende uma visão global da escravidão. Agora, dizer que, por isso, ela é uma obra apoiada em fontes secundárias, não é verdade. Está claro que eu cito fontes secundárias. E, muitos historiadores, senão quase todos, também se apóiam em fontes secundárias. Não se apoiar em trabalhos de outros historiadores seria o mesmo que todo historiador querer ser o marco zero da história, o iniciador do próprio trabalho historiográfico. Toda ciência se apóia no trabalho de pesquisadores anteriores, que conquistaram um espaço considerado válido. É a partir daí que o pesquisador segue em frente, e, na sua pesquisa, ele pode tanto comprovar o que antes foi conquistado no terreno do conhecimento, como também refutar. O que não pode é ignorar e pretender ser o marco zero da pesquisa historiográfica. Então eu, de fato, procurei também me apoiar em fontes secundárias na medida em que as considerei confiáveis. Mas, me

apoei principalmente em fontes primárias. E aí há um engano, um equívoco por parte de certos historiadores: eles consideram que uma fonte primária, um documento, ou qualquer outro tipo de fonte primária, uma estatística, seja lá o que for, que tenha sido impressa deixa de ter qualidade como fonte primária. Isso não é correto. Qualquer documento impresso, tem a natureza de fonte primária tanto quanto um documento manuscrito, que se encontra num arquivo. Muitas vezes, esse documento impresso tem muito maior valor historiográfico do que um manuscrito de arquivo. História não é uma pilha de documentos e fatos que se pode citar na nota de rodapé. Isso não é história. Amontoar documentos e fatos e simplesmente citá-los e descrevê-los ainda não é fazer ciência historiográfica. É necessário todo um trabalho de conexão, de interpretação, de verificação da validade interna e externa da fonte, o que a Professora Silvia Lara não fez no seu livro *Campos da Violência*. Não levou em conta este cuidado elementar com a coerência interna e externa das fontes. Isso é elementar para o historiador, e isso faltou a ela. Eu o disse, no meu livro, e por isso posso repeti-lo aqui. Então, o problema das fontes primárias impressas de maneira alguma tira valor ao seu uso. Se nós tomarmos alguns acontecimentos de grande relevância como, por exemplo, a Revolução Francesa, uma imensidão de fatos, que se relacionam à Revolução Francesa, está impressa. Será que, por isso, ela deve deixar de ser estudada e reestudada? É claro que nem tudo que havia na sociedade francesa da época da Revolução está impresso, muita coisa se encontra em cartórios provinciais e municipais e se refere a fatos judiciais, a fatos da vida cotidiana, etc., Mas o que foi impresso deve ser posto de lado? De maneira nenhuma. Isto pode ser estudado e reestudado. Se todo documento impresso perde a natureza de fonte primária, então já não há quase nenhuma fonte primária para a história antiga. Por conseguinte, a crítica, que pretende negar o meu trabalho por esse lado, é destituída de fundamento. Meu trabalho pode ser um trabalho destituído de significação. Não quero atribuir nenhuma significação especial a ele, não quero me julgar a mim mesmo. Porém não aceito este argumento, porque não é válido, e com isso eu não estou negando que é importante estudar os arquivos, não estou desaconselhando o trabalho nos arquivos, não é isso que eu quero dizer. Encontrar novos documentos, novos fatos nos arquivos é importantíssimo, mas, na medida em que os documentos vão sendo impressos, esses documentos também não perdem valor como fontes primárias. Eles continuam fontes primárias tanto quanto eram quando estavam apenas manuscritos ou recolhidos como exemplares únicos a um arquivo.